



## A RELEVÂNCIA DA ESTRUTURA SÍGNICA DAS PALAVRAS PARA O PENSAMENTO

**Isabel Jungk**

Mestre em Comunicação e Semiótica pela  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil  
[isabeljungk@yahoo.com.br](mailto:isabeljungk@yahoo.com.br)

**Resumo:** Concebido como método para determinar o significado de palavras, termos e conceitos filosóficos, o pragmatismo de C.S.Peirce busca a clareza terminológica necessária ao pensamento científico, que se apresenta em três graus conforme os três substratos lógicos universais, as categorias fenomenológicas. As categorias são o fundamento de sua lógica ternária e, apesar de gerais e abstratas, ganham força em relações de interdependência que, na Semiótica, dão origem às diversas classes de signos. Como as categorias são onipresentes, um mesmo signo pode exibir uma pluralidade de faces simultaneamente. A contribuição de Peirce para a compreensão dos processos signícos é ímpar. Com relação à forma como o pensamento se processa, *este se dá por meio de signos ligados às três categorias, que são, na maioria, da mesma estrutura geral das palavras.* No entanto, raramente pensamos neles como signos, pois fazê-lo é *um segundo passo no uso da linguagem.* As palavras se apresentam então como os tipos signícos fundamentais utilizados pelo pensamento e a importância de analisá-las está na possibilidade de revelar nuances de significação dos signos linguísticos que podem auxiliar a clareza de pensamento. Assim, o presente artigo objetiva: 1) mostrar o motivo e maneira pelos quais o pensamento faz uso de signos ligados às três categorias; 2) analisar as potencialidades signícas das palavras dentro do quadro teórico da semiótica peirceana, demonstrando sua capacidade de manifestar-se iconicamente, indicialmente e simbolicamente; 3) estabelecer a importância dessas distinções para o aumento da clareza terminológica, especialmente no que tange ao segundo grau de clareza.

**Palavras-chave:** Semiótica peirceana. Signos linguísticos. Pensamento. Clareza. Pragmatismo. Pragmaticismo.

### **THE RELEVANCE OF THE SIGN STRUCTURE OF WORDS FOR THOUGHT**

**Abstract:** *Conceived as a method to determine the meaning of philosophical words, terms, and concepts, C. S. Peirce's pragmatism searches the terminological clearness needed for scientific thought, which presents itself in three degrees, according to the three universal logical substrates, the phenomenological categories. The categories are the foundation of his ternary logic and, despite being general and abstract, they achieve strength in relations of interdependence which generate the several classes of signs in Semiotics. As the categories are omnipresent, a single sign can display simultaneously a plurality of faces. Peirce's contribution to the understanding of the signic processes is unique. With regard to the way how thought is processed, "all thought is embodied in signs" related to the three categories, and these signs have mostly the "same structure of words." However, we rarely think of them as signs, for doing so is "a second step in the use of language." Thus, words present themselves as the crucial signic types used by thought, and the importance of analyzing them relies on the possibility of revealing meaning subtleties of the linguistic signs that can improve clearness of thought. Therefore, this article aims: 1) to show the reason and manner through which thought uses signs related to the three categories; 2) to analyze the signic potentials of words within*

*the theoretical framework of Peircean semiotics, demonstrating their capability to express in iconic, indexical, and symbolic ways; 3) to establish the importance of these distinctions to increase terminological clearness, particularly with regard to its second degree.*

**Key-words:** *Peircean semiotics. Linguistic signs. Thought. Clearness. Clarity. Pragmatism. Pragmaticism.*

\* \* \*

## **Introdução: o que é pragmatismo**

Surgido por volta de 1872, no chamado *Clube Metafísico*, do qual faziam parte Charles Peirce e William James, entre outros, o pragmatismo não era algo novo; seguiu-se quase como resultado natural da aceitação, pelo grupo, da definição de Alexander Bain, para quem crença é “*aquilo com base em que um homem está preparado para agir*” e como a adoção sistemática e consciente de um método que os filósofos vêm praticando desde a Antiguidade, pelo qual teoria e prática, pensamento e ação devem estar em “*íntima conexão*” (DE WAAL, 2005, p. 18). Entretanto, os pragmatistas se dividem quanto à questão de saber se o pragmatismo se trata de um critério de significação ou se é também um critério de verdade.

Peirce expôs suas ideias pela primeira vez em *How to make our ideas clear* (CP 5.388-410 [1878]), e muito embora a palavra pragmatismo não apareça nesse artigo, ele a criou e a empregava na conversação, divulgando-a informalmente no meio filosófico. Ela foi impressa pela primeira vez em um texto de William James (*Philosophical Conceptions and Practical Results* [1897]), sendo que Peirce, em 1902, escreveu um verbete sob esse título para o *Dictionary of Philosophy and Psychology* de J.M.Baldwin. Na interpretação mais ampla e conhecida do pragmatismo, que veio a público através de James, o pragmatismo é uma teoria da verdade. Peirce, no entanto, discordava dos rumos que o pragmatismo havia tomado nas interpretações de outros filósofos, e que haviam se tornado a corrente principal, e em *What pragmatism is* (CP 5.411-437 [1905]), abdica do termo pragmatismo em favor de *pragmaticismo* para indicar sua própria concepção, estritamente metodológica. Para ele, o *pragmaticismo* é estritamente um critério de significação, resultando a teoria pragmatista da verdade da aplicação do critério pragmático de significação à concepção de realidade, intimamente relacionada à de verdade, teoria essa que veio a desempenhar um papel dominante no desenvolvimento do pragmatismo, mas que, no entanto, não deve ser confundida com a concepção inicial de Peirce, estritamente metodológica.

Em sua interpretação mais estreita, sustentada de maneira proeminente por Peirce, o pragmatismo é somente um critério de significação, que estipula ser o significado de *qualquer* conceito nada mais do que a soma total de suas consequências práticas concebíveis. Desse ponto de vista, conceitos que não tenham consequências práticas concebíveis não têm significado e, se as consequências práticas concebíveis de dois conceitos são idênticas, ambos os conceitos são sinônimos (DE WAAL, 2005, p. 18).

Peirce considerava a Filosofia também uma ciência, mas atribuía grande parte do sucesso da ciência tradicional ao desenvolvimento de uma nomenclatura técnica precisa, o que, em sua opinião, faltava à Filosofia. O pragmatismo foi então concebido originalmente como um método para determinar o significado das

palavras, especialmente de conceitos filosóficos e científicos, porque Peirce, preocupado em demonstrar que muitos termos filosóficos eram vazios e que, dessa forma, eram causa de muitos problemas centrais da filosofia, buscava um caminho que levasse à clareza terminológica necessária ao pensamento científico. Daí ele sustentar que o pragmatismo, tal como expresso em sua máxima pragmática, é estritamente um critério de significação.

## 1. Três graus de clareza

Em *Como tornar nossas ideias claras* (1878), Peirce desenvolve seu método para determinar o significado de conceitos. Por ter chegado à conclusão de que toda a diversidade fenomênica era redutível a três *modos de ser* que, sendo categorias universais (*Sobre uma nova lista de categorias*)<sup>1</sup> (CP 1.545-567, 1867) deveriam ser observáveis em todo e qualquer fenômeno, ainda que em diferentes graus de proeminência, ele argumenta haver três diferentes graus de clareza alcançáveis por nossas idéias, conforme esses três substratos lógicos universais:

Admite-se, portanto, que os livros estão certos quando fazem da familiaridade com um conceito, o primeiro passo para a clareza de apreensão, sendo o defini-lo o segundo passo. Contudo, ao omitirem toda menção a qualquer mais elevada perspicácia do pensamento, tais livros espelham uma filosofia que foi abandonada há cem anos. (CP 5.392) [...] (Pois) inexistente distinção de significado tão refinada que possa consistir em algo que não uma possível diferença prática (CP 5.400, 1878).

O primeiro grau de clareza corresponde à *familiaridade* com um conceito, e é obtido quando uma ideia é de tal modo apreendida que será reconhecida quando e onde quer que seja encontrada, e de tal maneira a não ser confundida com nenhuma outra (CP 5.389, 1878). A apreensão de muitas de nossas concepções não se estende além desse primeiro nível que não fornece um grau de clareza substancial o bastante para agir como um critério de significação, já que, segundo o próprio Peirce, ele se limita a um “*sentimento subjetivo de domínio*” (CP 5.389, 1878), podendo estar totalmente equivocado.

Vale ressaltar que Peirce não despreza a necessidade desse sentimento subjetivo de domínio na apreensão de concepções filosóficas ou científicas, mas ele deixa claro que somente através dele não é possível atingir a clareza de pensamento necessária à investigação científica.

O segundo grau de clareza, o da *definição*, pode ser obtido quando a ideia, pouco clara a princípio, é submetida a um exercício dialético com vistas a trazer luz sobre os pontos que se julgam obscuros. “*Esse segundo grau de clareza é tradicionalmente obtido pelo desenvolvimento de critérios abstratos, que determinam sem ambiguidade o que cai e o que não cai sob uma concepção*” (DE WAAL, 2005, p. 40). Por serem essas definições feitas em abstrato, apesar de que muitas vezes o primeiro nível de clareza já foi efetivado, elas não fornecem formas de determinar se elas se aplicam a um dado objeto, e nem mesmo revelam se são aplicáveis a algum existente.

---

<sup>1</sup> Neste artigo de 1867, Peirce ainda considera esses três modos como “acidentes”, i.e., concepções intermediárias (CP 1.555). Mais tarde, em 1885, ele escreve “Um, dois, três, categorias fundamentais do pensamento e da natureza” (texto publicado parcialmente em CP 1.369-372 e completo em W5: 242-247) onde essa distinção desaparece.

Neste nível, outro engano consiste em confundir uma mera diferença nos termos utilizados com uma diferença nas idéias por eles expressadas (CP 5.399, 1878). Alertando para o perigo de se dar mais atenção às palavras do que às coisas, e procurando superar a deficiência das definições tradicionais, Peirce introduz a primeira versão de sua máxima pragmática:

Considere quais efeitos, que poderiam concebivelmente ter conseqüências práticas, concebemos que tenha o objeto de nossa concepção. Então, nossa concepção desses efeitos é o todo de nossa concepção do objeto (CP 5.402, 1878).

O terceiro grau de clareza, o das *consequências práticas* de um conceito, provém, assim, da aplicação da máxima a uma concepção que se encontra no segundo grau de clareza. Esse terceiro grau apresenta a vantagem de relacionar diretamente o significado do conceito ao processo de investigação da experiência. “*Em suma, para Peirce, o Pragmatismo é um método para determinar o significado dos conceitos, idéias, crenças, alegações, proposições, etc., de qualquer coisa que pode agir como um signo*” (DE WAAL, 2005, p. 41), fazendo do pragmatismo uma máxima de lógica, em vez de um princípio sublime de filosofia especulativa. A máxima é então reformulada por Peirce em termos mais explícitos:

[...] uma concepção, isto é, o conteúdo racional de uma palavra ou outra expressão, reside exclusivamente em seu concebível efeito sobre a conduta da vida, de modo que, desde que obviamente nada que não possa resultar de um experimento pode ter qualquer efeito direto sobre a conduta, se for possível definir precisamente todos os concebíveis fenômenos experimentais que a afirmação ou a negação de um conceito poderia implicar, teríamos então uma definição completa do conceito, não havendo nele absolutamente nada mais (CP 5.412, 1905).

Dessa forma, a máxima pragmática constitui-se no método para chegar ao terceiro grau de clareza, o das *consequências práticas*, ou seja, para elucidar o significado de conceitos que possuam somente uma clareza de segundo nível, no qual ainda existem tanto uma incerteza quanto à sua aplicabilidade a quaisquer tipos de objetos, como a possibilidade de se confundir uma mera diferença de construção gramatical entre duas palavras com os conceitos que elas expressam.

Ainda com relação ao segundo grau de clareza, é importante distinguir dois pontos fundamentais. O primeiro é a definição do conceito, que determina precisamente o que ele abrange. Peirce ressalta que nada novo pode ser aprendido de uma definição, entretanto “*nossas crenças podem ser ordenadas por esse processo e a ordem é um elemento essencial da economia intelectual*” (CP 5.392, 1878). O segundo ponto fundamental é o termo, palavra ou expressão utilizada para denominar o conceito, tão importante para o pensamento quanto o próprio conceito, o que levou Peirce a ressaltar a importância de uma ética específica no uso da terminologia filosófica.

## 2. Ética da terminologia

No texto ‘Ética da Terminologia’ (CP 2.219-226, 1903), Peirce sustenta que toda nova concepção científica deve receber uma nova palavra, pois se deve “evitar a qualquer custo seguir qualquer recomendação de natureza arbitrária em relação

ao uso de terminologia filosófica.” Entre as regras para uma boa terminologia que ele desenvolve em seu texto, chama a atenção aquela que recomenda que,

[...] para concepções filosóficas que variem minimamente daquelas para as quais termos adequados existem, criar termos com [...] aparência técnica notória. Antes de propor um termo, notação ou símbolo, considerar cuidadosamente se ele **se adéqua perfeitamente à concepção** [...] (CP 2.226, 1903, grifos meus).

Dessa forma, Peirce ressalta que não basta criar novos termos, mas que estes devem possuir um alto grau de adequação com o conceito que visam designar. No caso dos termos, essa adequação somente pode se dar na sua construção gramatical, isto é, na forma como o signo foi criado.

Peirce, de fato, criou diversos neologismos, entre eles a própria palavra *pragmatismo*<sup>2</sup>, cuja raiz grega, *pragma*, usada, por exemplo, em *pragmatikós*, significa “*aquilo que concerne à ação, capaz de agir, eficaz e que se refere a fatos, ações, por oposição a palavras*”<sup>3</sup> e que, etimologicamente, se adequava perfeitamente à máxima que ele enunciou em 1878. Porém, ao perceber que as interpretações mais correntes do termo diferiam totalmente de sua concepção inicial, estritamente metodológica, anunciou o termo *pragmaticismo* para designar sua própria concepção.

Em 1905, Peirce cunhou ‘pragmaticismo’ para sua versão de pragmatismo [...] A palavra é construída precisamente conforme suas idéias sobre a ‘ética da terminologia’. Como indica seu uso do termo ‘ética’, Peirce considerava a nomenclatura filosófica uma questão séria - e uma questão na qual temos que fazer escolhas. Como um passo em direção à clareza de palavras terminadas em ‘ismos’ na filosofia, especificamente, ele propõe ‘ic’ como um sufixo para distinguir uma versão mais específica de uma idéia mais geral da qual ela é uma instância [...] (5.413, [1]905) (HAACK 2009, p. 17).

Importante lembrar que a diferença de construção gramatical entre palavras não significa necessariamente diferença entre as ideias que elas representam. Como vimos, essa diferença só pode ser estabelecida no 3º grau. No entanto, analisar a estrutura signica do termo, palavra ou expressão usada para denotar o conceito, pode revelar sutilezas e diferenças de significação e auxiliar a clareza de pensamento.

### 3. O pensamento e as palavras

Como o pragmatismo foi concebido como um “*método de elaboração teórica do pensamento*” (SILVEIRA, 2007, p. 182), é imprescindível retomar a noção peirceana de que todo pensamento se dá em signos (CP 5.283, 1868) que são, na maioria, da mesma estrutura geral das palavras.

Palavras são signos, no entanto, raramente pensamos nelas como signos, pois fazê-lo, é “*evidentemente, um segundo passo no uso da linguagem*” (CP 5.534,

<sup>2</sup> Importa observar que aqui nos referimos à etimologia da palavra pragmatismo, e que Peirce conhecia o uso que Kant fazia de *pragmatisch*, como, por ex., na *Crítica da Razão Pura* (Doutrina do Método, cap.2, seq.3, pg. 652, da 5ª edição da tradução portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001) além de outros empregos na história da filosofia (ver Suplemento Sobre Pragmático e Pragmatismo em Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia, A. Lalande, Martins Fontes Ed. 1999).

<sup>3</sup> Etimologia cf. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Ed. Objetiva, 2000.

1905). Com relação à forma como o pensamento se processa, este se dá por meio de signos ligados às três categorias, pois Peirce constatou a não suficiência dos símbolos, ou palavras de caráter eminentemente simbólico, para exprimir o pensamento:

[...] todo pensamento é conduzido em signos que são, na maioria, da mesma estrutura geral das palavras; aqueles que não são assim, são daquela natureza de signos dos quais nós, aqui e ali, em nossas conversas com outros, necessitamos para melhorar os defeitos das palavras ou símbolos. Esses signos-pensamento não-simbólicos são de dois tipos: primeiro, figuras ou diagramas ou outras imagens (eu os chamo Ícones) tal como aqueles que têm que ser usados para explicar o significado das palavras; e segundo, signos mais ou menos análogos aos sintomas (eu os chamo Índices) dos quais as observações colaterais, pelas quais sabemos sobre o que um homem está falando, são exemplos. Os ícones ilustram principalmente a significação dos pensamentos-predicado, os índices as denotações dos pensamentos-sujeito. A substância dos pensamentos consiste dessas três espécies de ingredientes (CP 6.338, 1909).

A contribuição de Peirce para a compreensão dos processos sígnicos é ímpar. Os signos se apresentam sob diversas formas, que são estudadas pela semiótica ou lógica, a ciência normativa que se ocupa do pensamento, da representação e da linguagem.

Nesse sentido, as palavras, consideradas como unidades autônomas, se constituem nos signos linguísticos por excelência<sup>4</sup> e, ao se apresentarem como os tipos sígnicos fundamentais de que o pensamento faz uso, a importância de sua análise baseada nas classes sígnicas delineadas pela semiótica está na possibilidade de fazer distinções de significação que de outra forma passariam despercebidas, facilitando o trabalho de adequar o termo ao conceito que ele denomina.

#### 4. A estrutura sígnica das palavras

As categorias peirceanas, primeiridade, secundidade e terceiridade, são o fundamento de sua *lógica ternária* e, apesar de seu caráter extremamente geral e abstrato, ganham força nas relações de interdependência em que estão envolvidas, gerando uma combinatória que, na Semiótica, dá origem às diversas classes de signos. As categorias são onipresentes, indissociáveis, e por serem, cada uma delas, observáveis em todo e qualquer fenômeno, um mesmo signo pode exibir uma “*pluralidade de faces*” simultaneamente (SANTAELLA, 2001, p. 53).

O signo se constitui na mais simples forma de terceiridade, na qual a ação do signo ou semiose realiza-se, e é definido como uma estrutura irredutivelmente triádica formada pelo *representamen*, pelo objeto, e pelo interpretante do signo (cf. CP 2.228, 1903), podendo ser considerado em relação a um, dois ou aos seus três componentes ou correlatos (cf. CP 2.242, 1903). Esses correlatos passam ainda por algumas subdivisões: o objeto se divide em objeto *dinâmico* e objeto *imediate*, e o interpretante, por sua vez, se divide em interpretante *imediate*, interpretante

<sup>4</sup> Esse tópico foi mais amplamente desenvolvido em minha dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica - PUC/SP. Ver JUNGK 2011a: 54.

*dinâmico*, e interpretante *final*. Cada uma dessas facetas, além de algumas relações entre elas, pode ser analisada segundo as três categorias, dando origem às tricotomias de signos. A combinação de algumas delas resulta nas 10 principais classes sígnicas peirceanas. São elas:

- 1) Qualissigno
- 2) Sinsigno icônico
- 3) Sinsigno indicial remático
- 4) Sinsigno indicial dicente
- 5) Legissigno icônico
- 6) Legissigno indicial remático
- 7) Legissigno indicial dicente
- 8) Legissigno simbólico remático
- 9) Legissigno simbólico dicente
- 10) Legissigno simbólico argumentativo

Nessa rede de relações, é possível observar porque os conceitos peirceanos, ao serem aplicados, apresentam um grau de complexidade diretamente proporcional ao nível de esclarecimento a que se pretende chegar na análise de um determinado fenômeno, esforço certamente recompensado pelo potencial que uma teoria dessa envergadura representa para o progresso epistemológico humano.

A semiótica peirceana não estabelece separações nem relações estanques, já que um *continuum* de gradações, regressões e progressões infinitas são justamente o que seu arcabouço filosófico busca evidenciar. No entanto, uma maior compreensão dos atributos sígnicos das palavras é possível ao focar-se o grau de proeminência de cada categoria em cada signo, de forma enriquecedora para nossos propósitos investigativos.

A palavra em relação ao seu *representamen*, ao seu fundamento, como signo em si mesmo, é um *legissigno*, isto é, uma lei, hábito ou convenção pela qual um signo será interpretado de determinada maneira (CP 2.246, 1903). Essa classificação da palavra é a mais aceita. Essa *convencionalidade se refere ao seu fundamento* (JUNGK 2011a, p. 58), ao aspecto pelo qual ela é tomada como signo, sendo requisito fundamental para a comunicação.

O objeto *dinâmico*, aquilo a que o signo alude, permanece exterior ao signo, mas *sempre* o determinará, visto que ele é sua causa (cf. CP 4.531, 1906, 6.347, 1909). O objeto dinâmico é sempre multideterminado, e o signo representa um ou alguns de seus atributos, porém nunca todos, pois nesse caso ele teria que ser o próprio objeto e não sua representação. A relação signo-objeto dinâmico se constitui, então, em uma das mais interessantes facetas que o signo exhibe, já que através de sua análise pode-se investigar as potencialidades e limitações da forma pela qual o signo representa seu objeto. Essa relação encontra-se contemplada nas dez classes sígnicas (cf. CP 2.254-264, 1903), tendo sido amplamente estudada e exemplificada por Peirce, tornando-a um instrumento analítico extremamente útil.

O signo linguístico é considerado um todo arbitrário pela linguística. Contudo, as palavras, signos linguísticos por excelência, mesmo no interior do sistema da língua, *não têm suas potencialidades sígnicas restritas à convenção*, que se refere ao seu fundamento, ao modo de sua apreensão como legissignos, e podem manter uma relação de simbolicidade, indicialidade ou mesmo de iconicidade com seu objeto sem afetar seu caráter convencional (JUNGK, 2011a, p. 59). Dessa forma, as palavras poderão se apresentar como legissignos tanto simbólicos, quanto icônicos e indiciais.

Os *legissignos indiciais* não são signos gerais, pois sua relação com o objeto pertence à segunda categoria, e *“requer que cada uma de suas instâncias seja realmente afetada por seu objeto”* (CP 2.259, 1903). Sua *capacidade designativa* ou referencial é fundamental para a língua, e Peirce explica o funcionamento dessa capacidade, a necessidade que temos deles e sua importância para a clareza da mensagem, porque *“nenhuma questão de fato pode ser asseverada sem o uso de algum signo que sirva como índice”* (CP 2.305, 1902). Ele aponta exemplos valiosos: nomes próprios, pronomes demonstrativos e relativos, entre outros, que *“são quase puros índices, porque denotam coisas sem descrevê-las”* (CP 3.361, 1885). Os índices *“fornecem uma certeza positiva acerca da realidade”* (CP 4.531, 1906), além da proximidade com seus objetos. Daí a linguagem verbal precisar de índices variados para referir-se ao mundo real, já que nenhuma língua tem qualquer forma particular capaz de fazê-lo a não ser por meio deles (cf. CP 2.337, 1902).

Nos *legissignos simbólicos*, a relação *representamen-objeto dinâmico* pertence à categoria da terceiridade, da generalidade. Se, por um lado, existem palavras puramente simbólicas, nem icônicas nem tampouco indicativas, como “e”, “ou”, “de”, entre outras (cf. CP 4.447, 1903), por outro, é preciso lembrar que o símbolo funciona como uma síntese desses três aspectos.

O símbolo, por si mesmo, *“não identifica as coisas”*; ele *“é aplicável a tudo que possa concretizar a ideia relacionada com a palavra”*, pois embora não seja capaz de nos mostrar *“um pássaro”*, supõe que somos capazes de imaginar tais coisas, a elas associando as palavras (cf. CP 2.298, 1902). Os substantivos comuns são o exemplo mais usual. O símbolo, portanto, conterà um conceito, ingrediente simbólico que é um hábito, e uma ideia geral, ingrediente icônico, que é um composto de qualidades, além de um ingrediente indicial, denotativo, que designa aquilo a que os ingredientes simbólicos e icônicos se aplicam (SANTAELLA, 2001, p. 269).

Essas três dimensões se encadeiam num crescente de significado, numa progressão em que signos, nos quais predominam primeiridade e secundidade, chegam a transformar-se em símbolos, em cuja origem encontram-se ou relações de semelhança (icônicas) com o objeto significado, ou a conexão dinâmica com a ocorrência individual (relações indexicais) à qual o signo encontrava-se primeiramente ligado (cf. CP 2.222, 1903). Essas relações originárias nem sempre são claramente apreendidas (cf. CP 7.467, 1893), mas permanecem embutidas no signo por terem participado de sua constituição.

No caso da iconicidade, também é preciso atentar para outras formas em que ela se manifesta na linguagem verbal. Os exemplos mais usuais de *legissignos icônicos* na linguagem verbal são as onomatopéias e as palavras delas derivadas, por serem signos que compartilham propriedades qualitativas (fonéticas, acústicas) com seus objetos.

O conceito de ícone, porém, engloba imagem, diagrama e metáfora (hipoícones), sendo outra fonte de iconicidade a etimologia<sup>5</sup> das palavras, que estuda sua origem mostrando, em muitos casos, o objeto dinâmico como ele está ou foi inicialmente representado no signo linguístico, isto é, o *objeto imediato* (JUNGK, 2011b, p. 81-2). São exemplos as palavras: *hipopótamo*, que significa “cavalo de rio”, mas que poderia ter sido referido por alguma outra qualidade; ou palavras compostas, como *cavalo-marinho*, pela forma de sua cabeça. Trata-se de uma iconicidade imagética, por designar aspectos visualmente perceptíveis.

Em casos como *centeio*, “pela crença de que a planta produzia cem grãos por semente”, e *centopéia*, que significa “que tem cem pés”, pode-se considerar a iconicidade diagramática, pois expressa uma relação entre uma característica do objeto e um número. Existem muitas palavras que expressam atributos quantitativos dos objetos representados. Outros exemplos são: palavras que designam frações (terço, quarto, quinto, etc.), palavras delas derivadas (quadrante, sextante, etc.), palavras que designam figuras geométricas (triângulo, quadrado, etc.), adjetivos (pentâmero, sextavado, etc.), entre muitos outros. Vale observar que foi provavelmente na química que essa possibilidade das palavras representarem diagramaticamente seus objetos foi mais explorada,<sup>6</sup> pois sua nomenclatura, através de associações simbólicas dotadas de um forte componente icônico, descreve sem ambiguidades a estrutura química de cada substância designada.

Apesar de parecer discutível a afirmação dessas palavras como ícones diagramáticos, parece difícil considerá-la uma iconicidade imagética ou metafórica. Tampouco se trata de uma relação puramente simbólica, e menos de indexicalidade. É, sem dúvida, uma relação entre qualidades do objeto dinâmico e do signo que o representa. Peirce procurou mostrar a natureza mental desse tipo de ícone indicado por signos simbólicos exemplificando-o com um sistema de equações algébricas:

Quando, em álgebra, escrevemos equações, compondo um sistema, e especialmente quando usamos letras semelhantes para traduzir coeficientes correspondentes, o sistema é um ícone. Eis um exemplo:

$$a_1x + b_1y = n_1$$

$$a_2x + b_2y = n_2$$

Isso é um ícone no sentido de que faz parecerem semelhantes quantidades que mantêm relações análogas para com o problema. Em verdade, toda equação algébrica é um ícone, na medida em que *exibe*, por meio de signos algébricos (que em si mesmos não são ícones), as relações das quantidades em causa (CP 2.282, 1902).

E apesar de que relações de semelhança fazem parte da maioria dos ícones, devemos observar que são as relações entre qualidades que os constituem, levando-o a afirmar que:

Serem todos os ícones semelhanças ou não é algo discutível. Por exemplo, se um ébrio é apontado (*exhibited*) para mostrar, por

<sup>5</sup> Interessante notar como geralmente experimentamos uma espécie de revelação ao procurarmos conhecer a etimologia de uma palavra. Provavelmente, tal sensação se deva ao fato de percebermos qual dos aspectos do objeto designado (objeto dinâmico) foi representado (objeto imediato) na constituição da palavra em questão, ou seja, como aquele objeto foi inicialmente significado.

<sup>6</sup> Como por ex., em compostos orgânicos (metano, pentano, propanol, etc.) ou em compostos inorgânicos (ácido nítrico, ácido cloroso, ácido hipocloroso, etc.), onde a composição das moléculas e o tipo de ligação entre os átomos são especificadas pelo uso da nomenclatura convencional.

contraste, a excelência da temperança, temos certamente um ícone, mas pode-se duvidar se se trata ou não de uma semelhança. A questão parece até certo ponto sem importância (CP 2.282, 1902).

Um legissigno icônico poderá ainda ser do tipo metafórico, como o uso em sentido figurado de muitas palavras. São exemplos: *solução* (de problemas), que originariamente significa “o efeito de solver”; *chave* (de um enigma), ou expressões como *árvore genealógica*, etc., lembrando que toda metáfora compreende um diagrama e uma imagem encapsuladas dentro de si. Peirce demonstra o quanto as metáforas participam da criação de uma linguagem, pois “além de certas preposições elencáveis, todo o restante de uma linguagem fica por conta delas” (CP 2.290, 1902). Essa iconicidade é fonte tanto de riqueza expressiva da língua, como de significação para o símbolo.

Dessa forma, a necessidade lógica para o pensamento da combinação de palavras ou signos ligados às três categorias (SANTAELLA, 2001, p. 32) é de natureza eminentemente cognitiva, pois cada um serve para apresentar, perante a mente, um determinado tipo de objeto (cf. CP 6.339, 1909), bem como uma faceta específica de cada objeto. Para Peirce, um sistema de notação lógica, ou seja, uma linguagem, e, portanto, uma língua, deve empregar signos desses três tipos a fim de que os raciocínios empreendidos sejam completos (cf. CP 3.363, 1885). Nos símbolos predominam relações de terceiridade, especialmente a de generalidade, pela qual eles apontam para conceitos mais ou menos gerais e abstratos que precisam que uma conexão dinâmica com um existente venha a ser estabelecida a fim de que tenham poder referencial. Este poder lhes é conferido pelos índices, signos nos quais a relação com o objeto dinâmico é predominantemente uma secundidade. Por outro lado, os símbolos precisam, para ter poder de significação, de ícones que lhes forneçam seu conteúdo.

Eu tive dificuldades para tornar clara minha distinção entre ícones, índices e *tokens*<sup>7</sup> [símbolos], a fim de enunciar esta proposição: num sistema perfeito de notação lógica, signos desses vários tipos devem todos ser empregados. Sem *tokens* não haveria generalidade nas declarações, por eles serem os únicos signos gerais, e generalidade é essencial ao raciocínio. [...] Mas somente *tokens* não estabelecem o tema de um discurso, que não pode, de fato, ser descrito em termos gerais; somente pode ser indicado. O mundo real não pode ser distinguido de um mundo imaginário por nenhuma descrição. Daí a necessidade de pronomes e índices, e quanto mais complicado for o assunto, maior é a necessidade deles. [...] Índices também são necessários para mostrar de que maneira outros signos estão conectados. Com esses dois tipos de signos somente, qualquer proposição pode ser expressa, mas não pode ser raciocinada, pois o raciocínio consiste na observação de que onde certas relações subsistem, certas outras são encontradas, e isso, portanto, requer a exposição das relações raciocinadas dentro de um ícone (CP 3.363 1885).

A partir dessas relações podemos compreender como, num discurso, os símbolos servem à generalidade e inteligibilidade do raciocínio; os índices exercem a função referencial e denotativa que lhes é própria, além de servirem como

<sup>7</sup> Peirce usou diversos termos para denominar seus tipos sígnicos até chegar a uma nomenclatura mais definida. Nesta passagem, a palavra *token* foi usada como sinônimo de símbolo. Posteriormente, *token* é tomado como sinônimo de sinsigno, na equivalência entre as tríades *quali-sin-legissigno* e *tone-token-type*.

conectores entre outros tipos de signos; e finalmente como os ícones, sem os quais o discurso perderia qualquer poder de significação, contribuem para a compreensão da proposição expressa pelos símbolos e índices, fornecendo-lhes seu conteúdo. Peirce reforça o caráter indispensável da ação conjunta dessa tríade de signos para todo raciocínio:

Uma tríade muito importante é a seguinte: encontraram-se três espécies de signos que são absolutamente indispensáveis em todo raciocínio; a primeira é o signo diagramático ou ícone, a qual exhibe uma semelhança ou analogia com o sujeito do discurso; a segunda é o índice que, semelhante a um pronome demonstrativo ou relativo, força a atenção sobre o objeto particular pretendido sem descrevê-lo; a terceira (ou símbolo) é o nome geral ou descrição que significa seu objeto por meio de uma associação de idéias ou conexão habitual entre o nome e o caráter significado (CP 1.369, 1890).

## 5. Segundo grau de clareza: adequação entre termos e conceitos e o nome das categorias

Como não poderia deixar de ser, teoria e prática coerem em Peirce. Em sua *Ética da Terminologia*, ele ressalta que o uso de uma linguagem correta não é apenas importante para o pensamento, mas constitui-se na sua própria essência (cf. CP 2.220, 1903). Por isso Peirce buscou, durante anos, o melhor nome para suas categorias.

Apresentadas pela primeira vez em *Sobre uma nova lista de categorias* (CP 1.545-567, 1867), Peirce as chama pelo nome de *qualidade, relação e representação* e ainda de *primeiro, segundo e terceiro*. É difícil determinar com precisão quando e onde Peirce começou a usar a nomenclatura atualmente mais conhecida: *primeiridade, secundidade e terceiridade*. No texto *Um, dois, três, categorias fundamentais do pensamento e da natureza*, de 1885 (W5: 242-47), ele ainda as chama de primeiro, segundo e terceiro, entre outras denominações, no entanto, em 1886, ele usa *firstness, secondness e thirdness* em dois textos: *Um, dois, três: uma especulação evolucionista* (W5: 298-302) e em *Primeiro, Segundo, Terceiro* (W5: 302-308). Mas ao longo de sua obra, Peirce ainda experimentou muitos nomes para elas.

A *primeiridade* foi também chamada de *Presentidade* (CP 5.44, 1903), bem como de *Originalidade* ou *Oriência* (CP 2.89, 1902). A *primeiridade* é o modo de ser daquilo que é tal como ele é, sem referência a qualquer outra coisa (cf. CP 8.328, 1904). Essa pura qualidade é o primeiro modo de ser e, enquanto tal, está presente em todo e qualquer fenômeno. É o ser da possibilidade qualitativa positiva (CP 1.304, 1894), é mera potencialidade (CP 1.328, 1894), e, portanto, originalidade e liberdade.

Da mesma forma, a categoria da *secundidade* recebeu diferentes nomes, tais como *Conflito* (CP 5.45, 1903), *Binariedade* (CP 2.79, 1902), *Obsistência* (CP 2.89, 1902). Onde há um fenômeno, há uma qualidade que não é senão parte desse fenômeno, e que para ganhar existência tem de, necessariamente, incorporar-se, “materializar-se” num singular. É nesta corporificação que se dá a secundidade, já que existência é puramente diádica (CP 1.328, 1894). A díada é, portanto, um fato individual, existencial, sem generalidade, sendo “a ação mútua de duas coisas sem relação com um terceiro, ou medium, e sem levar em conta qualquer lei da ação”

(CP 1.322, 1894), isto é, “*sem o governo da camada mediadora da intencionalidade, razão ou lei*” (SANTAELLA, 1983, p. 51).

Já a terceiridade foi chamada de *Representação*, de *Mediação* (CP 1.328, 1894) e também de *Transuasão*, no sentido de “*modificação da primeiridade e da secundidade*” (CP 2.89, 1902), já que terceiridade é o modo de ser daquilo que coloca em relação recíproca um primeiro e um segundo “*numa síntese intelectual*” ou “*elaboração cognitiva*” (SANTAELLA, 2001, p. 51). Dessa forma, assim como a primeiridade sempre está contida na secundidade, ambas, primeiridade e secundidade estão sempre presentes na terceiridade.

O fundamento para a compreensão das categorias está, portanto, na compreensão do substrato lógico-formal de cada uma delas, substratos esses que se mantêm inalterados, apesar da “roupagem” (SANTAELLA, 2001, p. 15) de que se revestem quando observados na variabilidade material de cada fenômeno específico. Esses três elementos formais, no seu grau de abstração máxima, devem ser entendidos como mônada, relação diádica e relação triádica, respectivamente (cf. CP 1.293, 1894; 1.328, 1894). Por esses motivos, buscando expressar conceitos sem precedentes, que se constituem em substratos lógico-formais universais, Peirce batizou-os como categorias cenopitagóricas (cf. CP 1.351; 2.87, 1902), em virtude de suas conexões com os números, resultando na nomenclatura que hoje se utiliza: primeiridade (*firstness*), secundidade (*secondness*) e terceiridade (*thirdness*). Ele observa:

É desejável que haja termos técnicos para as categorias. Eles devem ser expressivos e não passíveis de serem usados em sentidos especiais em filosofia. A simplicidade e a pervasividade [*pervasiveness*] das categorias tornam designações metafóricas praticamente impossíveis, uma vez que tal termo, se em tudo apropriado, deverá conter a própria categoria. Não pode haver *semelhança* com uma categoria. Um nome metafórico provavelmente conteria a categoria na primeira sílaba, e o resto da palavra seria complemento. Eu prefiro, portanto, tomar emprestado uma palavra, ou ainda melhor, compor uma que, etimologicamente, se for possível, apenas por similaridade com palavras familiares, deve sugerir indispensavelmente uma série de formas nas quais a categoria é proeminente (CP 2.88, 1902).

Semioticamente, podemos considerar que cada nome pelo qual Peirce ensaiou chamar suas categorias – e os exemplos acima são apenas alguns dentre muitos outros que ele usou – representa um de seus aspectos de forma mais proeminente, seja ele uma característica, uma função, ou ainda uma das formas pela qual a categoria pode ser percebida nos mais variados fenômenos. No entanto, a maioria deles são termos que já faziam parte do sistema da língua, e que se comportam predominantemente como legissignos simbólicos, relacionando-se aos objetos designados de forma convencional. Carregam, sem dúvida, certa iconicidade presente na ideia que está embutida no símbolo, mas que, não sendo predominante, não é capaz de estabelecer uma relação notoriamente icônica entre signo e objeto dinâmico de maneira a apresentar as categorias peirceanas de forma claramente icônica à mente que utilizar esses signos.

Inversamente, a semiose se processa de forma bastante diversa com a nomenclatura relacionada aos números. Embora ela também possua um conteúdo simbólico, nela as categorias encontram-se representadas no seu grau de abstração

máxima, vale dizer, na sua própria essência,<sup>8</sup> e não em aspectos contingenciais que podem ou não se apresentar em um determinado fenômeno, fazendo com que a forma pela qual são designadas se adéque a qualquer situação com a qual forem relacionadas, facilitando o raciocínio e o trabalho de reconhecê-las. Um exemplo simples: eu caio. Se chamarmos a secundidade de *Conflito*, fica mais difícil identificá-la, pois, no sentido específico do termo, eu não entrei em nenhum tipo de conflito ao cair. Mas se procurarmos as relações diádicas, encontraremos o choque de cair, o atrito do chão com o corpo, a reação impensada de resistir à queda, entre outras formas de secundidade.

Dessa forma, esses nomes *cenopitagóricos* apresentam-se predominantemente como *legissignos icônicos*, pois representam as categorias por semelhança de atributos quantitativos entre os números e mônadas, relações diádicas e triádicas que eles designam, apresentando-as de forma marcadamente icônica perante a mente.

Mas há ainda outra vantagem cognitiva no uso dessa terminologia. Pelo fato do radical usado referir-se aos números ordinais, isto é, primeiro, segundo e terceiro, e não aos números cardinais, um, dois, três, existe uma ordem implícita que representa a relação de progressão serial em que esses substratos se apresentam, já que, ainda que alguém não faça a menor idéia sobre o que são essas categorias, no próprio ato de ouvir seus nomes saberá que existe uma sequência lógica entre elas, isto é, que a secundidade só pode vir depois da primeiridade, e que a terceiridade só vem depois da primeiridade e da secundidade. Tal escolha também evidencia o caráter diagramático desses signos, que representam as relações nas quais elas estão envolvidas permitindo a formação de um esquema mental facilitador de sua apreensão e compreensão, clareza que não se atinge utilizando a nomenclatura predominantemente simbólica.

Essa complexidade sîgnica indica como as facetas simbólicas, indiciais e icônicas se mesclam para apresentar os diferentes atributos do objeto referido. Sendo os conceitos os objetos que são denominados pelos termos, a adequação entre eles se dá principalmente nessa *relação signo-objeto dinâmico* e na forma como ele foi inicialmente representado, i.e., seu *objeto imediato*. Peirce afirmava que, embora seja frequentemente desejável que um *representamen* apresente um ou dois desses três tipos de relação com seu objeto, excluindo os demais, “os signos mais perfeitos são aqueles nos quais as características icônicas, indiciais e simbólicas estão amalgamadas tão equitativamente quanto possível” (CP 4.448, 1903). Essa *perfeição sîgnica* aumenta sobremaneira a clareza com que um objeto passa a ser definido, nomeado e conseqüentemente apreendido. Peirce sabia disso e certamente encontrou o melhor nome para suas precisas e preciosas categorias.

\* \* \*

## Referências bibliográficas

DE WAAL, Cornelis. *Sobre Pragmatismo*. Tradução: Cassiano Terra Rodrigues. SP: Loyola, 2005.

---

<sup>8</sup> Para uma definição de essência por Peirce, ver CP 6.337 [1909].

HAACK, Susan. The Meaning of Pragmatism: The Ethics of Terminology and the Language of Philosophy. In: *Teorema*, Vol.28, No.3, 2009, University of Miami Legal Studies Research Paper No. 2010-02. Disponível em <http://www.as.miami.edu/phi/haack/The%20meaning%20of%20Pragmatism%20Teorema%2009.pdf> (acesso em fev/2012).

HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*: Editora Objetiva, 2000.

JUNGK, Isabel. *A semiose da escrita e sua reconfiguração na hipermídia*. Dissertação. Mestrado em comunicação e semiótica, PUC/SP, 2011a.

\_\_\_\_\_. Os objetos do signo linguístico. In: *Caderno da 14ª Jornada de Estudos Peirceanos*. Vol.14, Centro Internacional de Estudos Peirceanos - CIEP - PUC/SP, 2011b.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição. Lisboa, 2011.

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*. SP: Martins Fontes.

PEIRCE, Charles S. *Collected Papers*. Versão eletrônica, Intalex. Referido como CP seguido do nº do volume, ponto e nº do parágrafo, 1992.

\_\_\_\_\_, *Essential Peirce: Selected Philosophical Writings*. Peirce Edition Project (Referido como EP).

\_\_\_\_\_, *Writings of Charles S. Peirce: A chronological edition*. Peirce Edition Project. Indiana University (Referido como W).

SANTAELLA, Lúcia. *A teoria geral dos signos*. SP: Pioneira Thomson Learning, 1995.

\_\_\_\_\_. *Matrizes da linguagem e pensamento*. SP: Iluminuras: FAPESP, 2001.

SILVEIRA, Lauro Frederico B. A iconicidade dos signos linguísticos e algumas de suas consequências. In: *O falar da linguagem*, SP, Ed. Lovise, 1996.

\_\_\_\_\_. *Curso de Semiótica Geral*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.